

LINGUAGENS E RITMOS DA QUESTÃO PATRIMONIAL DOS “SELOS” ÀS “SALAS”: UM PATRIMÔNIO GEOGRÁFICO EM CONSTRUÇÃO

Languages and rhythms of the heritage issue of the “stamps” to the “rooms”: a geographical heritage under construction

Christian Dennys Monteiro de Oliveira¹

RESUMO

O estudo apresenta uma avaliação dos processos que fundamentam a questão do Patrimônio Cultural, destacando a necessidade de superação dos critérios de “excepcionalidade” em sua valorização. Resultado do acompanhamento de estratégias espaciais das festas religiosas cristãs, esse artigo aponta para os limites da política de certificação oficial dos bens patrimoniais (os “selos”) frente à ausência de uma política de gestão educativa dos mesmos bens. Seu objetivo, centrado nas formas simbólicas, é questionar o papel dos espaços públicos (as “salas”) na valorização dos bens e formação do intercâmbio entre diferentes comunidades. A investigação sobre o caso espanhol El Rocío/Doñana, como convívio conflituoso de realidades complexas (imaterial-cultural vs. material-natural), reuniu três componentes metodológicos para avaliação desta abordagem: os processos de conservação, inovação e visitação. Como conclusão aponta a necessidade de investimento em práticas criativas de turismo educativo, defendendo a ampliação das representações de pertencimento coletivo dos bens patrimoniais em questão.

Palavras-chave: Patrimônio. Turismo Educativo. Festas Religiosas. Pertencimento.

ABSTRACT

This study provides an evaluation of the processes that underlie the issue of Cultural Heritage, highlighting the need to overcome the criteria of “exceptional” in its valorization. Resulting from monitoring spatial strategies of Christian religious festivals, this article points out the policy limitation of official heritage certification elements against the absence of an educational management policy of this heritage. Its goal, focusing on symbolic forms, is to question the role of public spaces (the “rooms”) in the estimation of assets and creating exchanges between different communities. The research on the Spanish El Rocío / Doñana as an example of tense coexistence of complex realities (intangible- cultural vs. tangible-natural) met three methodological components to evaluate this approach: the conservation, innovation and visitation processes. In conclusion it points out the need to invest in creative practices of educational tourism, favoring the expansion of collective belonging representations of the heritage elements in question.

Keywords: Heritage. Tourism Educational. Religious Festivals. Belonging.

¹ Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, pesquisador do Laboratório de Estudos Geoeducacionais e participante da Rede NEER (Núcleo de Estudos Espaço e Representação). cdennys@ufc.br.

✉ Universidade Federal do Ceará, Campus do Pici, Bloco 911, Departamento de Geografia, Fortaleza, CE. 60455-760.

Ninguém visita uma casa sem ser convidado. Porém se o dono da casa é um coletivo simbólico, os mediadores da visita (do guia de turismo ao professor da escola básica) têm a obrigação elementar de conhecer a interação visitante/visitado. E assim fomentar a gestão dos bens em espaços patrimoniais de crescente complexidade.

INTRODUÇÃO

Quando assistimos uma nova edição das festas populares, nacionais ou estrangeiras, nos deparamos com as polêmicas reedições de uma leitura tradicionalista frente às novidades do mundo. Em poucas palavras, um pensamento padrão tenta cobrar dos grupos responsáveis pela folia algo que traduza suas genuínas marcas de herança patrimonial; mais do que nunca a “aura” de identificação de que tal expressão popular permanece “popular”, de fato e de direito. Apesar de tudo.

Não nos propomos a redigir esta reflexão para contrapor a legitimidade dessa militância em defesa da cultura popular. O objetivo aqui encontrar ressonância em um sentido transversal de tal polêmica. Sentido esse que termina por supervalorizar as formas mais visuais e os ritos selecionados da cultura, aqui denominados **Selos**. Trata-se dos registros e das certificações oficiais que confirmam o tombamento ou a salvaguarda de um bem público (patrimônio) para que esse efeito se traduza como energia centrífuga de sensibilização cultural da coletividade. Por vezes, isto se dá à revelia da dimensão política interativa, distanciando-se das conexões geográficas (representatividade socioterritorial, condições de acesso, prioridade de verbas, etc.) indispensáveis ao processo patrimonial contemporâneo. Em contrapartida, compreendemos serem os espaços abertos das **Salas** – de aula, de discussão, de convívio público e/ou social (estatal

ou privado) – sistemas bem mais contundentes para a sedimentação do “valor patrimonial”, que o ato institucionalizado dos **Selos**. As Salas **representam e gestam** as condições privilegiadas da **comunicação patrimonial**. Porto seguro de uma espacialidade emergente, observada de forma preliminar neste breve texto sobre espaços educativos. Pretendemos desenhar a interdependência do patrimônio com uma Geografia dos fluxos entre imaginação e planejamento.

E para efetivação de um desenho tão complexo, o que Eric Dardel denominou por **geograficidade** assume aqui condição instrumental. Contribui como porto de partida e chegada para distinção entre uma patrimonialização ideológica (reduzida à projeção da propriedade coletiva) e uma patrimonialidade “envolvente”; ou seja, aquela caracterização do valor patrimonial enquanto formação e maturidade da pertença: **homem-terra-homem**. A geograficidade do patrimônio, por pertencimento dos grupos sociais aos bens que os contextualizam (material e imaterialmente), cria uma força identitária indispensável à leitura do que do que “terra” (a expressão terrestre daquele bem) nos quer comunicar. Mas que por comodidade moderna, delegamos à decodificação exclusiva dos espaços institucionais/oficiais. O que pode ser traduzido em valorização patrimonial **sem geograficidade alguma**. Algo do qual devemos afastar, se as dimensões fragilizadas do lugar estudado (como veremos adiante) absorver a simultaneidade dos caminhos de articulação da necessidade regulatória em função do pertencimento; e não o contrário.

Para conferir a força desses espaços convidativos ao distanciamento da geograficidade, frente à emergência da esfera legislativa, a historiadora Sandra Pelegrini nos lembra:

A Ação pedagógica no campo patrimonial figura também como um instrumento de desenvolvimento individual e coletivo, propulsora do diálogo entre a sociedade e os órgãos dedicados

a identificação, proteção e promoção dos bens culturais. Mas a eficácia dessa ação somente se consolida na medida em que proporciona o intercâmbio de conhecimentos acumulados pela comunidade, pelos especialistas e pelas instituições devotadas à defesa do patrimônio, como por exemplo, secretarias de cultura, centros de pesquisa e universidades. Não obstante a isso, as metodologias da educação patrimonial ainda suscitam controvérsias e celeumas entre especialistas e pedagogos. (PELEGRINI, 2009, p. 38)

No momento em que a política cultural brasileira busca pensar a efetivação de suas grandes demandas, na criação de **sistemas de gestão**, a multiplicação dos **Selos** tende a evidenciar um crescimento progressivo; ora ignorando a interdependência das **Salas**; ora provocando uma precipitada “promoção” dessas controvérsias apontadas pela pesquisadora. Mas qual a articulação necessária para que a densa rede de bens registrados alcance representatividade social, sem perder capacidade de diálogo? Alguns dirão que esse ainda não seja um problema brasileiro, frente ao exíguo número de monumentos, manifestações e lugares transformados em patrimônio cultural; se comparado às potências setentrionais.

O que a ingenuidade dessa leitura ainda não percebeu é que a categoria “cultural” para adjetivar patrimônio, política e cientificamente absorve, desde a Convenção da UNESCO de 1972/1973 (ver citação de Cabral Bertrand), toda e qualquer tipologia patrimonial; a começar pelo que habitualmente polarizamos no discurso como “natural”. Permitindo adotar uma compreensão do universo cultural na amplitude do que aqui argumentaremos como “tendencialmente” geográfico. Os conhecimentos científico-geográficos que fomentam um complexo espaço de representações do lugar-mundo, como um mundo de significados a transmitir-se por patrimonialização.

Durante três décadas – entre 1972 e 2002 – tal processo, em escala global, incorporava uma lista de bens culturais, naturais ou misto.

Em 2012, a Lista (UNESCO) de bens registrados atinge mais de 1500 sítios e paisagens; manifestações fixas da herança terrestre de nosso pertencimento humano. Tal processo, nos últimos anos, ainda teve a incorporação da lista dos bens imateriais, delimitados pela Convenção de Paris de 2003. Esse, em tese, seria o desenho de justificativa para um registro “universal” dos bens da humanidade.

Contudo, o que não vemos desenhado até aqui, na maior parte dos países signatários de Convenções desse tipo, tão centradas na idealização políticas articuladas de gestão patrimonial, é a conexão de campos socioeconômicos e socioambientais. Estes “campos” seriam articuladores de uma racionalidade do saber geográfico, enquanto práxis da paz entre povos e entre diferentes estados. Por um lado, as geografias, Regional e do Espaço Mundial, ainda se desenvolvem “dispensando” a questão patrimonial das civilizações de sua pauta de temas; e, de outro, os gestores deste universo de bens insistem em requerer um mínimo de ciência geográfica para compor os avanços, territoriais e paisagísticos, da patrimonialização.

O resultado provisório dessa comunicação ruidosa faz predominar é uma constatação: as barreiras que afastam o Patrimônio da Educação e do Desenvolvimento Social se ampliam, infelizmente; e só são dribladas em situações excêntricas como a que veremos no exemplo espanhol. Traduzimos tais barreiras nesse jogo de palavras: francamente **Selos** e **Salas** ainda ignoram os “solos” e a solidariedade efetiva da Ciência Geográfica.

Alguns pontos para levarmos adiante essa constatação de uma comunicação, pouco fluida, podem ser relacionados conforme as perguntas norteadoras dos percursos até esse artigo. Inicialmente observamos a própria tipologia das certificações, tão inspirada no peso da **proteção à excepcionalidade**; e indagamos: **por que nossos bens patrimoniais são tão raros?** Assim é plausível um pouco mais

de reflexão a hipótese de se manter um **valor tão elitizado** para cada realização de tombamento e salvaguarda. De certa maneira paradoxal, uma lógica de modernização, que recusa a extinção e a morte como ameaça orgânica da sustentabilidade, terá muitas dificuldades no processo de transferência desse **valor** ao plano educacional. Chegaríamos aí na segunda questão do trajeto: **como educar patrimonialmente na excepcionalidade?** A ideia, tendo em pauta que esse caminho não se coaduna a vitalidade dos processos sociais de conservação/inação (duas das chaves do debate proposto), é requerer o trâmite geográfico das atribuições de reconhecimento e implementação do sistema de bens. Só assim poderia ser debatida a questão que encerra este trabalho: **Onde o valor patrimonial demanda Geografia, fundamentalmente humanista?**

Vale antes de seguir no debate, esclarecer que o suporte teórico da Geografia Ambiental (sistêmica) ou da Geografia Crítica (marxista/estruturalista) precisam amadurecer mecanismos de contribuição mais direta com o enfoque patrimonial da valorização dos bens no espaço geográfico. Gostaríamos, em outra oportunidade, de refletir o quanto a valorização patrimonial repercute nos ambientes naturais, rurais e urbanos tendo em vista os impactos e o choque de interesses capazes de reforçar estratégias de proteção como “segregação territorial”. Contudo, este movimento de enfoque dos “olhares” com as diversas correntes geográficas fica agendado para um momento em que as respostas às indagações mais humanistas amadurecerem.

DEMARCANDO: POR QUE NOSSOS BENS PATRIMONIAIS SÃO TÃO RAROS?

A terra como base é o advento do sujeito, fundamento de toda consciência a despertar a si mesma: anterior a toda objetivação,

ela se mescla a toda tomada de consciência, ela é para o homem aquilo que ele surge no ser, aquilo sobre o qual ele erige todas as suas obras, o solo de seu hábitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu pensar, aquilo que ele adapta sua preocupação de construir e de erigir. (DARDEL, 2011, p. 29)

A ocupação generalizada da superfície terrestre, pela presença habitada ou apropriada das sociedades humanas, demarca esse **advento do sujeito**, por todo o planeta. Todavia, a **diferenciação** mais representativa ou mais consciente para com alguns lugares especiais, fixa uma tessitura em labirinto, sem a qual não se acessa esse “todo”. Tais lugares vão se apresentar como **portais**; mas de maneira ambígua, somente os que vencerem a barreira da burocracia política e jurídica darão passagem à legitimação cultural.

A crescente multiplicação de registros e tipologias, na política de gestão do patrimônio cultural, apresenta uma interdependência desafiadora às linguagens técnicas da valorização dos bens. Como nos mostra Sandra Pelegrini (2009), em “Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação”, a repartição **bens tangíveis** (moveis e imóveis) e **bens intangíveis** (danças, rituais, crenças, tradições orais, saberes e fazeres, etc.), é assegurada pelas instruções normativas dos Livros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tais “Livros” marcam a certificação da escala federal (estatal), como a referência geopolítica de que o antigo sentido romano de *patrimonium* – herança seletiva da aliança família/império a transmitir – não perdeu sua racionalidade nos estados contemporâneos. O aparato legal ganhou deliberações mais inclusivas e a diversificação dos livros produziu, conforme a Figura 1, esses dois agrupamentos.

Linguagens e ritmos da questão patrimonial dos “selos” às “salas”: um patrimônio geográfico em construção

Christian Dennys Monteiro de Oliveira

Livros de Bens Tangíveis (Móveis e Imóveis)	Livros de Bens Intangíveis (Imateriais)
Livro do Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico.	Livro de Registro do Saberes
Livro do Tombo histórico	Livro das Formas de Expressão
Livro do Tombo das belas-artes	Livro das Celebrações
Livros das artes aplicadas	Livro dos Lugares
TOTAL 15 (47 em avaliação)	
Exemplos de Patrimônio Mundial	
Conjunto urbanístico de Ouro Preto (1980); Conjunto urbanístico de Olinda (1982) Ruínas de São Miguel das Missões (1983) Conjunto urbanístico de Salvador (1985) Santuário de B. Jesus de Matosinhos (1985) Parque Nacional do Iguaçu (1986) Conjunto urbano/paisagístico de Brasília (1987) Parque Nacional da Serra da Capivara (1991) Conjunto urbanístico do centro de São Luiz (1997) Costa do Descobrimento – Bahia (1999) Conj. urbanístico do centro de Diamantina (1999) Conj. paisagístico do Pantanal (2000) PARNA das Emas (2001) Conj. Paisagístico do Pq. Nac. do Jaú (2000/03) PARNA da Chapada do Veadeiros (2001) Centro Histórico de Goiás (2001) Reservas de Noronha e Atol das Rocas (2001) Praça de São Francisco - São Cristóvão (2010)	(2002) Ofício das Panelleiras de Goiabeiras (2002) Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi (2004) Samba de Roda – Recôncavo Baiano (2005) Modo de Fazer de Viola de Cocho (2005) Ofício das Baianas de Acarajé (2005) Círio de N. S. de Nazaré em Belém (2005) Jongo no Sudeste (2006) Cachoeira de laurê - lugar sagrado (2006) Feira de Caruaru (2006) Frevo (2007) Tambor de Crioula do Maranhão (2007) Samba do Rio de Janeiro (2008) Modo artesanal de Fazer queijo “Minas” (2008) Capoeira (2008) Modo de Fazer Renda Irlandesa

Figura 1 – Agrupamentos dos Livros de Tombo e Registros

Fonte: Adaptado de PELEGRINI (2009, p. 26-30) e consulta à Lista dos Bens da UNESCO.

Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>>. Acesso: 13 mar. 2012

Se um hábito de reconhecimento institucional permitiu a incorporação dos tombamentos na gestão da cultura nacional, sua equivalência no campo da intangibilidade não encontra o mesmo grau de maturação. Todo processo, no caso brasileiro, traz uma distância temporal de seis décadas, entre os decretos leis nº 25/1937, que cria a figura do **tombamento**, e o nº

3.551/2000, que define os bens imateriais. A representatividade dos novos livros de registros é, nessa amplitude ao intangível, caracterizada pela autora da seguinte forma:

Nos dois primeiro livros são inscritos os conhecimentos e modos de fazer “enraizados no cotidiano das comunidades”, armazenadas “as manifestações literárias, musicais, plásticas cênicas e lúdicas”. Os outros dois livros, a saber o **das celebrações e o dos lugares**, se ocupam respectivamente dos “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” e dos espaços onde se “concentram e reproduzem práticas sociais coletivas”, como mercados, feiras, santuários, praças, entre outros. (PELEGRINI, 2009, p. 30 – grifos do autor)

O jurista Paulo Brito Feitoza, procurando as razões dessa diferenciação do patrimônio coletivo sob a égide democrática, vai indicar as pressões sociais em seu rebatimento na figura estatal. De certa forma, a raridade patrimonial pode ser interpretada como o resultado último de uma negociação nos setores hegemônicos da nação.

Uma das razões que levaram o Estado-Nação a erigir um patrimônio cultural nacional foi a pressão da classe média, que, desprovida de riqueza e prestígio, desejava ter acesso aos símbolos. Consequentemente, esta classe social levou o Estado a instituir estruturas sociais dedicadas ao patrimônio cultural e ambiental. Uma outra razão para a criação do patrimônio cultural nacional reside na necessidade de equilibrar as lutas de classe, posto que, se cada coletividade instituísse e personalizasse os seus símbolos, certamente haveria a impossibilidade de o Estado controlar todas estas ondas culturais. Perderiam, assim, a classe dominante e o próprio Estado. (FEITOZA, 2004, p. 4)

E defende um comportamento de atualização técnica política do processo, dizendo que “afora o registro, a indicação legal é feita no sentido de que a inscrição inicial seja revista a cada dez anos, de tal sorte que seja possível avaliar e identificar as modificações sofridas ou ocorridas naquela manifestação” (FEITOZA, 2004, p. 9). Um processo que dificilmente será efetivado, dada a enorme dificuldade de se implantar políticas de avaliação permanente, com o progressivo aumento dos registros tendo em vista essa última década.

Cumprir observar as tipologias e os exemplos para associar a patrimonialização ao princípio da **raridade** ou da **excepcionalidade**. Princípio este concentrador das razões que evocam uma inscrição “toda especial” na demarcação dos tombos e registros efetivados. Também chama a atenção a juventude do processo, considerando uma “natural” expectativa de antiguidade das políticas preservacionistas. Mas é neste ponto que a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO² (realizada em Estocolmo, no ano de 1972) vem adicionar, aos alertas sobre a crise ambiental planetária, um padrão internacional de patrimonialização. Seja para condicionar os ambientes naturais em estratégias preservacionistas de proteção/recuperação, como um novo marco regulatório da sustentabilidade (ou Desenvolvimento Sustentável); seja para estimular os intercâmbios das diferenças étnicas (técnicas e estéticas) na construção de uma ética planetária de vizinhança como em uma projeção “condomínial” (o “Nosso Futuro Comum”).

² A contagem atual é de 936 sítios, sendo 725 culturais, 183 naturais e 28 mistos, localizados em 153 Estados Partes. Até março de 2012, 189 Estados haviam ratificado a Convenção do Patrimônio Mundial. Pequenas diferenças no número total dos sítios podem ocorrer devido a diferentes métodos de contagem, por alguns dos sítios se encontrarem em dois países. Informações constantes no site da Representação da UNESCO no Brasil; atualizadas no portal oficial da entidade. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

Uma linguagem de internacionalização do processo forneceu a recomposição globalizadora dos **Selos** de qualidade, na efetivação da salvaguarda dos bens materiais. Ao adentrarem na última década do século XX (os anos de 1990), aquecidas pelos grandes episódios geopolíticos e midiáticos da ascensão de **novas ordens** políticas internacionais, tal força comunicativa incluiu códigos ainda mais abstratos: as representações simbólicas dos bens cognoscíveis (e menos tangíveis) que as civilizações humanas autonomearam como **saber tradicional**.

Mas outras linguagens – independente da necessidade de internacionalizar os valores podem ser indispensáveis à leitura dos saberes que não se restringe a uma tradição fixadora de tipologias tão distintas. Neste sentido, compreendemos que um trajeto humanista de estudo geográfico do patrimônio precisa corresponder-se com o princípio comunicacional dos bens que engendram os saberes (tangíveis ou não). Se para outras correntes geográficas, a linguagem explícita apenas um código sistêmico dos seres vivou ou índices indiretos das estruturas de poder, para um pensamento humanista sobre o valor patrimonial é dela que emerge o ritmo de efervescência e negação das representações sociais em questão.

Para um cenário menos polarizado (seja ele multipolar ou dispersivo), forja-se uma sequência de respostas convergentes, no plano da unidade planetária e divergentes no tocante às expectativas que de uma valorização patrimonial ainda calcada na proteção “material” das raridades e dos vestígios. Entre 2001 e 2005 são instituídas três das sete Convenções Internacionais que atualizam a patrimonialização em escala global: 2001 – “Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático” (decisivos na estratégia de extensão dos marcos reguladores às terras/riquezas imersas); 2003 – “Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”; 2005 – “Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões

Culturais” (essas últimas de importância radical na constituição dos parâmetros de um “patrimônio vivo” como meta de conservação).

Mas essa valorização da sistemática da “diversidade” não bloqueia – nem muito menos supera – os desmandos contextuais da desigualdade socioambiental dos territórios para onde, teoricamente, tais políticas se direcionavam. Ao contrário das grandes expectativas desenhadas pelas Convenções, o exame do “desenvolvimento sustentável”, resultante dessa nova ordem patrimonial, não expressa de forma tão positiva seus ritmos acelerados de conservação. Se no contexto das economias nacionais do capitalismo central, a patrimonialização multiplica bens, metodologias de gestão e articulação com o turismo (em suas tipologias diversas), a pesquisa científica e demais os serviços de informação, uma realidade mais perversa, não deixa de impor seus limites. O universo desse complexo de bens e atrativos turísticos em nada impediu a voracidade das crises financeiras que, desde 2008, vem prolongando a enfermidade das nações europeias; especialmente Grécia, Itália e Espanha e Portugal; grandes recordistas europeus e internacionais de bens tombados e com sistemas legais ajustados para a salvaguarda dos bens intangíveis.

Por outro lado, o contexto político dos países emergentes ou efetivamente periféricos (a grande maioria no teatro das nações), tende a participar do afluxo patrimonial das últimas décadas sem acolher, de fato, o âmago estratégico dessa iniciativa protecionista. A preferência operacional dos registros na realidade Africana, Asiática ou Latino-Americana dá-se no bojo de um encaminhamento tático; muito mais sintonizado às compensações pelo não alcance de outras metas internacionais (redução da corrupção, dos abusos e crimes contra humanidade, etc.). A exceção ocorreu de maneira significativa com a República da China. Exatamente por exercer uma imitação dos acelerados ritmos europeus de regulação dos bens naturais e culturais,

sem refrear, até aqui, seu nível de crescimento econômico. Daí saber o papel exercido pela patrimonialização no êxito da economia chinesa é adentrar em outro campo de investigação.

As evidências mais próximas que temos é o parâmetro do estado federativo brasileiro. E aqui, como em outras nações onde as certificações alvorecem, não transparece outro entendimento: é a “excepcionalidade” comprovada do **ente** cultural ou natural que legitima a busca coletiva por um reconhecimento legal, seja em qual escala for. A regra do patrimônio certificado (em **selos**) tem sido perpetuar, não só uma, mas diversas culturas de exceção, muito embora, a exceção normativa do patrimônio imaterial traga novidades; como fazer avançar seu papel social diante de uma perspectiva tão rarefeita?

AVANÇANDO: COMO EDUCAR PATRIMONIALMENTE NA EXCEPCIONALIDADE?

A questão traz para o debate das linguagens e ritmos uma hipótese central. O problema dos **selos** patrimoniais, principalmente no que diz respeito à dimensão imaterial de sua certificação, não pode avançar sem o envolvimento contínuo dos atores nas **salas de representação**: salas de aula e espaços de negociação cotidiana das novas territorialidades sociais. Em um ensaio, hipóteses como esta não são demonstradas em sua cristalina funcionalidade. Por outro lado, podem fortalecer argumento de que uma metodologia geográfica de estudo do patrimônio tenha de escapar das restrições ambientalista habituais, dada sua frágil tendência inserir o bem patrimonial nos domínios exclusivos do discurso ambiental. O bem imaterial, certamente, lhe escapará.

Eis um aspecto que mereceria certa dedicação mais apurada, ainda que tal competência e legitimidade demande outro estudo, centrado particularmente na forma “engavetada” de traduzir o compromisso do “ambiental” no interior da Geografia e do “patrimonial” no quadro discursivo e prático do Ensino de História. Neste sentido, frente as principais reformas da legislação educativa dos países ibero-americanos, é fundamental lembrar que a proposição de um conhecimento geográfico sobre os bens patrimoniais contraria a expectativa linear do “**quem cuida de quê**”. E esta contrariedade, faz pulsar no campo educativo o debate sobre as tradições internas e externas do conhecimento escolar; ainda que boa parte desse universo “tradicional” esteja, de um lado, plenamente enraizada na perspectiva contextual da modernidade e da crítica científica. E de outro – para voltar a questão da linguagem – não há como negar que a **memória**, a **herança**, a **identidade**, permaneçam na pós-modernidade do mundo virtual e acelerado, como substâncias cuja aparência lembram mais a **paternidade** do tempo do que a **maternidade** do espaço. A Geografia escolar dos manuais, pós-reforma, não precisa fazer qualquer esforço para justificar suas matrizes temáticas no meio natural/ambiental. Mas para chegar ao patrimonial, a dimensão política da ciência geográfica precisaria ultrapassar o vínculo majoritário como a dimensão estatal. E aí adentramos - enquanto docentes - em uma encruzilhada de dúvidas procedimentais que habitualmente barram a continuidade do trabalho. Em termos acadêmicos, essa barreira se sustentaria em que tradição?

Arriscaríamos responder: pelo comodismo de não ler a conservação da natureza como um ato patrimonial fundante, mesmo nos dias de hoje. A formação de uma “tradição” política, na gestão patrimonial e em escala global, tem seu nascedouro na crise ambiental planetária; crise manifesta nos anos de 1970 pela “explosão relativa” no preço (e

na queda da oferta) do barril de petróleo. Fenômeno que, ao longo da década, corroborou com os diagnósticos mais pessimistas em termos ambientais, incluindo a crítica contra a indústria cultural dos frankfurtianos. A questão patrimonial, assim, nascia com raízes ambientalistas, desenhando um mundo extinções culturais; mas avançaria para além das ameaças do esgotamento de recursos não renováveis. Afinal o “não renovável” é, na maior parte dos exemplos, substituível pelos recursos ainda não explorados!

A nova Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, diferentemente de sua coirmã de Estocolmo, aparece três décadas depois (2003) em um cenário diametralmente oposto. Um mundo industrializado, em pleno ritmo de crescimento e expansão, denota que as ameaças de extinção tinham de ser lidas sem o mecanicismo de causa-efeito habitual para questões apocalípticas. Assim, três **dimensões** nos servem para traduzir a ideia de que uma “excepcionalidade” do bem resulta em uma substância esvaziada de sentido patrimonial. Especialmente na salvaguarda e nos registros sistemáticos dos bens imateriais, posto representar uma sustentação apenas momentânea:

- A **Coexistência** de abordagens correlacionadas a uma **Geografia do Imaginário**; e no seu interior, os enfoques do imaginário turístico (o visitável, o alcançável), do imaginário educativo (o formativo e conquistável) e o imaginário religioso (o transcendente ou o imanente);
- A **Insuficiência** pragmática e discursiva do Racionalismo Ambiental e dos Tradicionalismos Culturais (preservacionistas por um lado e/ou identitários demais por outro).
- A **Carência** de epistemologias criativas capazes de reverter os conflitos patrimoniais em **projetos de uso ritual** das múltiplas faces da cultura; ou em outros termos, o conhecimento-ação

(uma **tecnosofia**?) que permitisse à escola pública atuar como Centros Culturais latentes e legítimos.

São **dimensões** que o método de patrimonialização dominante – constituído na escala global e ampliada pela nova lista da UNESCO, e desde 2008, incluindo formas de manifestação cultural e saberes – não estabilizou nem contribuiu para além do experimentalismo. No fundo, a coexistência de imaginários, a insuficiência racional e a carência epistemológica, sugere que a amplitude do atributo cultural ainda não encontrou elementos para justificar a condição “geográfica”, desse leque de representações terrestres. Se os modelos de patrimonialização material encontram nas parcerias, com as dimensões intangíveis da cultura, caminhos para reduzir sua elitização – que já denota avanços importantes – os modelos imateriais não romperam o abstracionismo inicial.

Entretanto, para tornar viável tal “encontro” os vasos comunicantes dos bens patrimoniais precisam ser transcorridos pelo acesso direto das novas gerações. Seja na acessibilidade temática do que pode adentrar – de alguma maneira – no templo/teatro da escola; seja, ao contrário no acesso presencial dos sujeitos escolares os lugares onde esse patrimônio se manifesta, física e simbolicamente. O que se traduz pela lei geral: só na visita turística dos educandos os bens patrimoniais sistematicamente “educam”.

A ilustração a seguir (Figura 2) posiciona o papel do turismo educativo, bem como educação patrimonial como estratégias articuladoras para ultrapassagem desse abstracionismo do imaterial. Afinal, o bem imaterial, com seu lastro cultural no coletivo de sujeitos, antes de salvaguarda, **meios de reconstrução**.

Conforme tivemos oportunidade de sistematizar e acompanhar, no projeto “Geopatrimônio dos Santuários Andaluzeiros” (CAPES & Fundação Carolina – Edital 07/2010) – apontado nas figuras (3, 4, 5) e desenvolvido

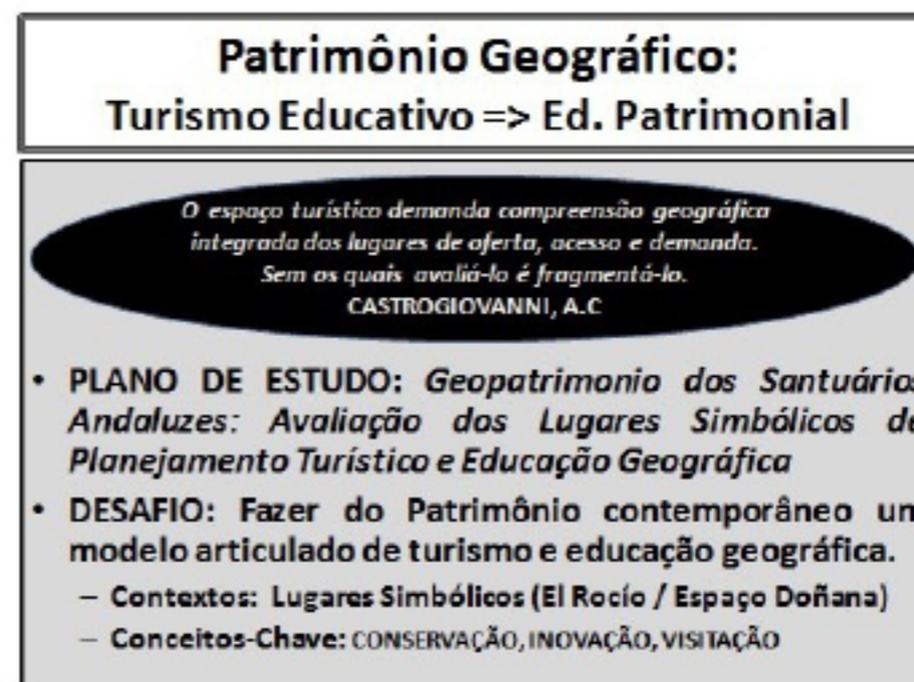


Figura 2 – Esquema Conceitual do Patrimônio Geográfico

Fonte: Elaboração do Autor (2012)

nos sete meses de nossa estada em Espanha (Universidade de Sevilha) – um exemplo expressivo da sustentabilidade patrimonial passa, necessariamente, pelos mecanismos de aproximação intersubjetiva de duas ou mais excepcionalidades. Ou seja, o encontro de excepcional histórico, construído nas contingências da religiosidade com o excepcional natural, do ambiente maturado naquela micro região. Nominalmente, tais excepcionalidades manifestavam-se na realização da festa religiosa de saudação à Virgem do Rocío (“*El Rocío Grande de Pentecostés*”) e da gestão de usos múltiplos do Parque Doñana (sudoeste de Andaluzia, Sul de Espanha), pelo qual atravessam os devotos para realização da festa, entre maio e junho de cada ano.

O desafio para articular o turismo, em seu sentido pedagógico, com esse encontro de patrimônios (em condição geográfica de educar), fez-se necessária a emergência da escolha veículos conceituais balizadores

de leitura ritual para todo o âmbito El Rocío/Doñana. Desta feita, tornou-se fundamental observar adiante, em outras investigações sob o contexto brasileiro (e latino americano), o quanto os caminhos da **conservação, inovação, visitação e peregrinação** dinamizam o uso patrimonial da cultura, como **portal**, de fato: passagem invertida da lógica de “selos” para a busca da legitimidade nas “salas” de negociação. Vejamos sinteticamente o processamento de cada um desses caminhos.

A conservação expressa o cuidado com os sistemas ambientais. Conforme podemos acompanhar na figura, uma estratégia geográfica latente para isso alcança magnitude na reconstrução simbólica da fluência imagética dos rios sobre os quais toda vida local/regional é canalizada. Os ciclos hídricos costumam “impor” esse reconhecimento

pelo discurso da escassez: **há que se economizar a água, pois enquanto bem potável ela pode faltar.**

Entretanto, essa tônica, aparentemente de conscientização, não completa a experiência humana como os desequilíbrios ou instabilidades do próprio sistema. Mesmo assim, os mitos pré-científicos contam sobre oscilações de escassez e excessos. Por que então não se veicula a representação amplificada de que as águas de um rio Andaluz, como o Guadalquivir, tanto podem faltar como devastar por inundações? Entre muitas razões publicitárias e maniqueístas, pode-se lembrar de uma dose de ignorância: a dificuldade em perceber o quanto os próprios ambientes naturais humanizados são carentes de inovação.

A pesquisa em Andaluzia constatou que a inovação técnica encontra-se sob a responsabilidade das instituições governamentais e de empresas capazes de trabalhar com a tônica ambiental a seu favor. Por outro lado, o surpreendente foi visualizar o peso que as adaptações artístico-religiosas, feitas principalmente pelas Irmandades do Rocío, têm para dinamizar o próprio sistema ambiental.

Há que se esclarecer que *Irmandades*, no contexto espanhol, são associações mistas de fins religiosos e civis, voltadas a prestação de serviços devocionais e sociais, sob a proteção simbólica de uma entidade (um santo) do catolicismo (MORENO, 1999). No caso de Irmandades (matriz e filiais), devotada à Virgem, um total de cento e doze organizações (até janeiro de 2013) tem sido responsáveis pela organização da Festa de Pentecostes, em três dias de intensas homenagens a Nossa Senhora do Rocío.

Entretanto, para que a monumentalidade operasse a direção desse ato devocional, as Irmandades precisaram investir em estruturas de inovação, capazes de ampliar sua representatividade religiosa e política. E, simultaneamente, tiveram de resistir ao processo de desaparecimento frente à expansão dos mecanismos de proteção do



Figura 3 – Conservação de Sistemas Socioambientais

Fonte: Elaboração do Autor (2012)

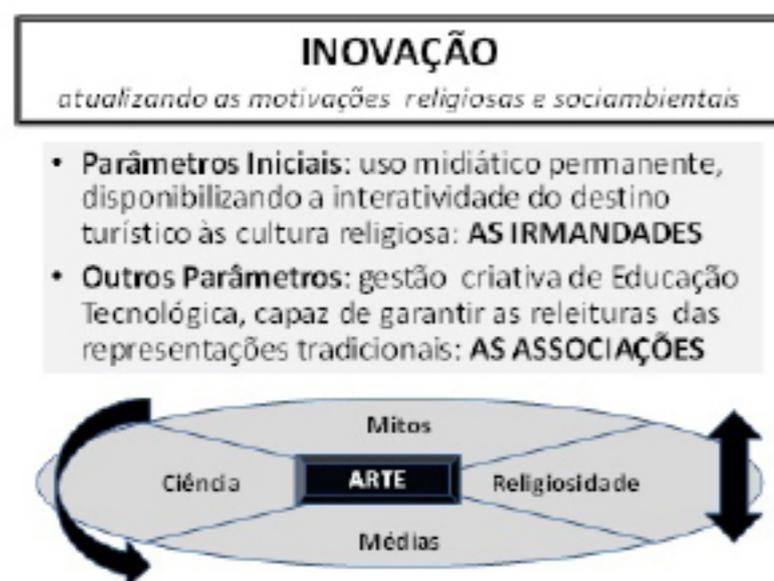


Figura 4 – Inovação no redimensionamento técnico

Fonte: Elaboração do Autor (2012)

Parque Doñana. Além do incentivo à criação de novas irmandades – 70% dela surge nos últimos 30 anos, convivendo com a explosão de regulações ambientalistas – o nascimento de associações de romeiros, mais comprometidas com lado artístico cultural da romaria, justificou o porquê do posicionamento da Arte do sistema de inovação (Figura 4). Até certo ponto, pode-se afirmar que a devoção à “*Virgen de las Rocinas, en el corazón del Coto Doñana, representa su verdadera y sostenible dehesa*” (palavra de um dos peregrinos). O que demanda estruturas de gestão ao próprio cotidiano das visitas. Cotidiano este, cada vez menos restrito à festa.

As estradas, a comunicação de massa e cibernéticos, o processo migratório pendular em escalas cada vez mais amplas, e o ingresso de Espanha na União Europeia (em 1986), multiplicaram fatores para incluir a visita, no pressuposto indispensável do acesso ao patrimônio. Portanto, as condições dos objetos técnicos quando

articuladas ao meio político favorável tornam os selos patrimoniais alvo e justificativa das salas de negociação.

O resultado dessa articulação, no contexto andaluz/espanhol – e o complexo El Rocio/Doñana exemplifica densamente esse esforço – vem sendo a construção de uma geografia que pulsa a vitalidade de um território que não precisa opor turismo e identidade cultural. As cifras de 21 milhões de visitantes ao ano, indicadas com decréscimo no balanço governamental (EMPRESA PÚBLICA PARA LA GESTIÓN DEL TURISMO, 2010, p. 32), mesmo com a crise europeia atual, traduz o papel estrutural da diversificação possível na espacialidade turística do país e da região. Algo que permite observar o esquema da figura 5 como uma combinação de interdependência entre o dimensionamento dos espaços turísticos e não turísticos. Só dessa forma torna-se plausível tomar o conceito de **visitação** para reconhecê-lo na intersubjetividade



Figura 5 – Visitação como interação espacial

Fonte: Elaboração do Autor (2012)

de visitantes e visitados; evitando, assim, a banalização da leitura do turismo pelos critérios do espaço receptivo.

O intercâmbio didático da visita permite rever as bases da conservação ambiental e da inovação cultural, por intermédio da mobilidade turística. Permite também exigir políticas – compreendidas como um conjunto regulamentável de forças vetoriais de gestão do simbólico – capazes de traduzir o **fazer turístico** em macro demandas sociais. Por outro lado, não mais como preço a pagar, na cultura e no ambiente, pela obtenção de renda um desenvolvimento, mas como investimento social demonstrativo de que a questão patrimonial convoca, pela visita, a inclusão do turismo no reino indispensável das necessidades humanas contemporâneas.

E neste tom, a peregrinação – originalmente encenada apenas no campo religioso – concorre vantajosamente como prática e método e modelo geográfico-turístico com procedimentos etnográficos mais sensíveis à captura da multiplicidade de lugares simbólicos. Foi o ato de peregrinar, junto a uma das Irmandades filiais da Virgem do Rocio (a de Sanlúcar de Barrameda, leste da Província de Cádiz), que deduzimos o elo decisivo para posicionar a Percepção Educacional (Figura 6, mais adiante) das linguagens e dos ritmos patrimoniais.

Independente dos desafios – muitas vezes arriscados e negativos pelas generalizações – este episódio festivo, e tão regional (identitário), aponta possibilidades substantivas de os espaços efetivos de planejamento e gestão patrimonial começarem nas salas de formação dos agentes sociais. Os núcleos religiosos organizados, com suas “hierarquias de fraternidade”, sabem disso. Os movimentos políticos, renovados no ambientalismo, também parecem constituir a mesma tendência organizacional. Resta-nos, em estudos subsequentes, examinar se processos semelhantes podem ser iniciados no espaço

da educação formal pública, propriamente dita. E se projetos dessa natureza, considerando tantos outros eventos festivos, espalhados em diversas localidades do Brasil, sustentariam caminhos efetivos para as salas direcionarem os selos; distanciando-nos da expectativa de buscar uma Educação Patrimonial pelo caminho contrário.

CONCLUINDO: A GEOGRAFICIDADE DAS SALAS JUSTIFICAM OS SELOS

O que Eric Dardel nomeou por **geograficidade**, para conter/compreender o envolvimento do homem com a Terra, capturamos aqui como exercício contemporâneo ou pós-moderno de peregrinação. E esta, enquanto prática coletiva ou **procedimento de gestão** social, no exercício de junção das outras dimensões (visitação, inovação e conservação), indica que a captura proposta é sustentável na intensificação de uso do espaço protegido. A figura 6 encerra a sequência que dispusemos refletir, por meio de uma composição em duplicidade. De um lado permite que as fotos evidencie o peso que a peregrinação dá aos detalhes sacroprofanos, renovados no ato de peregrinar. Exemplos: as velas acesas no acampamento noturno da Irmandade de Sanlúcar e o atoleiro de caminhões nas dunas móveis do Parque Doñana, são cenas do aparente “absurdo”. Descontextualizadas da peregrinação, tornam-se plenamente condenáveis pela ética ambiental.

De outro, a configuração triangular do esquema, recupera os eixos diagonais do **pertencimento**. E um pertencimento mobilizado pelos fluxos que a devoção peregrina desenha, de forma bastante distinta das amarras das relações de propriedade. Ideia estruturante é que sem tais eixos, representados na figura 6, não estabeleceriam o equilíbrio necessário à articulação simbólica entre a significação patrimonial (de



É possível uma *geograficidade* da questão patrimonial?

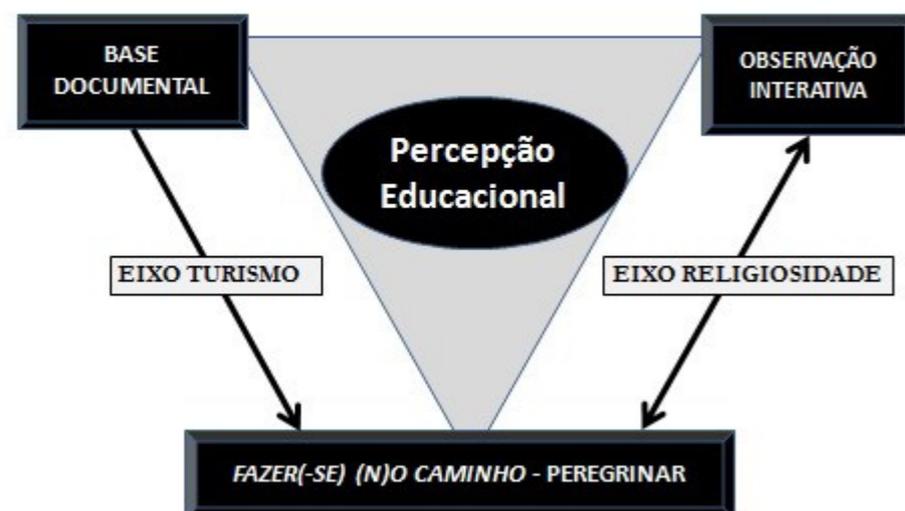


Figura 6 – Da Peregrinação à Geograficidade

Fonte: Elaboração do Autor (2012)

múltiplas geografias cotidianas) e a seletividade que a geografia do imaginário requer.

Neste sentido, de afirmação do pertencimento móvel, aberto a uma coletividade que ultrapassa a visão restritiva de **comunidades de moradores** – posta a natureza nômade de nossas raízes culturais, e não sedentárias como se gostaria – propõe encontrar uma **comunidade de buscadores**. Eis a geograficidade móvel que a análise fenomenológica de Dardel permite aproximar; embora o autor não a mencione explicitamente. Eis também a maneira como vislumbramos, dessa breve contribuição, deprender a passagem dos Selos documentais às Salas debatedoras da questão patrimonial.

Esperamos ter instigado estudiosos da questão, particularmente interessados na confecção de projetos de educação patrimonial, a investirem na leitura da peregrinação como procedimento metodológico da Geografia. Se de um lado, o diálogo investigativo das duas comunidades permanece apresentando alta resistência sua generalização (o que costuma ser apontado como fragilidade científica), de outro a geograficidade, enquanto formação de um pertencimento do educador/pesquisador permite um cambio significativo da compreensão emergente do “patrimônio geográfico”. Não se trata de compor uma teoria geográfica do patrimônio (material + imaterial = ideal); trata-se de compreendê-lo, mediante o acesso do geógrafo ao **como** e ao **por que** o mundo atual adquire valor patrimonial. ☉

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *La filosofía del no: Ensayo de una filosofía del nuevo espíritu científico*. Buenos Aires; Madrid: Amorrortu Editores, 2009. 144p.

Linguagens e ritmos da questão patrimonial dos “selos” às “salas”: um patrimônio geográfico em construção
Christian Dennys Monteiro de Oliveira

CABRAL, Clara B. **Patrimônio Cultural Imaterial**: Convenção da Unesco e seus Contextos. Lisboa: Edições 70, 2011. 339p.

CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens**: A Geografia. São Paulo: Contexto, 2010. 144p.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: Natureza da realidade geográfica. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011. 176p.

DÍAZ DE LA SERNA, Santiago P. **Rocío**: la explosión de la gran devoción del Sur en el siglo XX. Huelva: Editorial Almuzara, 2007. 632p.

DUQUE, Aquilino. **El mito de Doñana**. Sevilha: Fundación José Manuel Lara, 2004. 300p.

FEITOZA, Paulo F. B. Patrimônio cultural da nação: tangível e intangível, **Revista Aboré**, Manaus, n. 2, p. 1-17, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

FERRARA, Lucrécia. **Comunicação, Espaço e Cultura**. São Paulo: Annablume, 2008. 216p.

FONTAL MERILLAS, Olaia. **La educación patrimonial**: teoría y práctica para el aula, el museo e Internet. Gijón: Ediciones Trea, 2003. 303p.

GARCÍA, José Eduardo G. **Educación ambiental, constructivismo y complejidad**: una propuesta integradora. Sevilha: Díada Editorial, 2004. 219p.

CACHO, Silvia F. *et alli*. **Paisajes y patrimonio cultural en Andalucía**: Tiempo, usos e imágenes. Sevilha: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 2010. 646p.

EMPRESA PÚBLICA PARA LA GESTIÓN DEL TURISMO. **Balance del año turístico en Andalucía 2010**. Sevilha: Consejería de Turismo, Comercio y Deporte, Junta de Andalucía, 2010. 362p. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/turismocomercioydeporte/export/sites/ctcd/archivos/estadisticas/estadisticas-oficiales-de-ctcd/Balance_del_axo_turistico_en_Andalucia_2010.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

NAVARRO, Isidoro M. **Las hermandades andaluzas**: una aproximación desde la Antropología. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999. 192p.

MULERO MENDIGORRI, Alfonso. **Espacios naturales protegidos y ordenación del litoral en Andalucía**. Córdoba: Servicio de publicaciones de la Universidad de Córdoba (Coleção Estudos de geografia, v. 17), 2009. 249p.

MURPHY, Michael D.; FARACO, Juan Carlos G. (Org.) **El Rocío**: análisis culturales e históricos: siete estudios y una bibliografía sobre la devoción rociera. Huelva: Diputación de Huelva, Servicios de publicaciones, 2002. 202p.

OLIVEIRA, Christian D. M. Formas simbólicas del catolicismo: El imaginario post-moderno de los santuarios marianos en el Brasil. **Nadir: Revista electronica de geografía austral**, Temuco, ano III, v. 3, p. 70-83, nov./dez. 2011.

_____. Festas Religiosas, santuários naturais e vetores de lugares simbólicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 93-106, 2011.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural**: Consciência e Preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009. 135p.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente**: séculos XVIII - XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 240p.

Submetido em Outubro de 2012.

Revisado em Janeiro de 2013.

Aceito em Junho de 2013.